

# A PAISAGEM E O DESFAZIMENTO DO SUJEITO Do Antropoceno ao Pós-antropoceno

THE LANDSCAPE AND THE UNMAKING OF THE SUBJECT  
From the Anthropocene to the Post-Anthropocene

Gustavo de Oliveira Nunes<sup>1</sup> e Paulo Reyes<sup>2</sup>

## Resumo

Neste trabalho refletimos acerca da paisagem a partir da ideia de um possível desvanecimento do sujeito moderno em um período Pós-Antropoceno. O objetivo é demonstrar como a crise dessa ideia de sujeito produziu variações no entendimento da noção de paisagem, desde o seu surgimento enquanto conceito, no início do século XX, até um período Pós-Antropoceno, ainda porvir. Assim, o texto é organizado em quatro seções: a primeira oferece uma leitura do Antropoceno como marca do humano na Terra; a segunda aborda a paisagem a partir de uma estética de matriz kantiana, marcada pela centralidade do sujeito; a terceira aponta para uma percepção da paisagem atrelada à crise da noção de sujeito, de sua forma de habitar e explorar a natureza, quando suas faculdades são embaralhadas frente ao sublime; por fim, imaginamos a paisagem no contexto de um sujeito já borrado em sua centralidade, a favor de realidades outras, em que a paisagem se torna um agenciamento multiespécie. Palavras-chave: paisagem, sujeito, Pós-antropoceno.

## Abstract

*In this work, we reflect on the landscape from the perspective of the possible fading of the modern subject in a post-Anthropocene period. The objective is to demonstrate how the crisis of this idea of the subject has produced variations in the understanding of the notion of landscape, from its emergence as a concept in the early 20th century to a post-Anthropocene period still to come. Thus, the text is organized into four sections: the first provides an interpretation of the Anthropocene as a mark of the human presence on Earth; the second addresses the landscape from an aesthetics rooted in Kantian philosophy, characterized by the centrality of the subject; the third points towards a perception of the landscape linked to the crisis of the notion of the subject, of its way of inhabiting and exploring nature, when its faculties are blurred in the face of the sublime; Finally, we imagine the landscape in the context of a subject already blurred in its centrality, in favor of other realities, where the landscape becomes a multispecies assemblage.*

*Keywords: landscape, subject, Post-Anthropocene.*

<sup>1</sup> Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) e bolsista CAPES. Mestre em Educação (PPGE/UFPEL) com graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL). Desenvolve pesquisas na área de Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional, com foco no cruzamento do pensamento crítico com a filosofia da diferença. Vinculado ao Grupo de Pesquisa POIESE [laboratório de política e estética urbanas]. Email: gustavohnunes@msn.com.

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Filosofia (Instituto de Filosofia da Nova IFILNOVA da Universidade Nova de Lisboa com Bolsa CAPES PRINT, 2020). Doutorado em Ciências da Comunicação (Unisinos e Universidade Autônoma de Barcelona, 2004). Mestrado em Planejamento Urbano (UnB, 1992). Especialização em Design Estratégico (Unisinos, 2008). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UniRitter, 1987). Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional PROPUR UFRGS. Coordenador do Grupo de Pesquisa POIESE - Laboratório de Política e Estética Urbanas. Email: paulo.reyes@ufrgs.br.

## Introdução

*Quando um rio desaparece, para nós é prejuízo, para ele, a salvação. Então, para aprendermos com ele, temos que deixar de operar apenas no campo da racionalidade e experimentar uma espécie de expansão: em vez de simplesmente operar na paisagem, passar a nos confundir com a paisagem (Krenak, 2023).*

Entre as questões que norteiam a vigésima nona chamada da Revista Píxo, cuja temática centra-se nas paisagens Pós-Antropoceno, buscamos nos posicionar desde um ponto de vista da ética e estética, tensionando a inserção de realidades não-humanas no pensamento da paisagem. Neste ensaio, pretendemos apresentar uma reflexão acerca da paisagem sob uma ótica de um desvanecimento do sujeito, que aponta para um período Pós-Antropoceno<sup>3</sup>. Acreditamos que tal flexibilização na compreensão do humano e sua relação com a Terra facilite a emergência de formas de vida que possam co-habitar em um mundo em crise. Assim, o texto é organizado em quatro eixos.

No primeiro eixo, discorreremos acerca do Antropoceno, compreendendo este como um período marcado pela presença humana sobre a Terra. Buscamos evidenciar que esta temporalidade se torna mais marcante a partir do surgimento do sujeito moderno, entendido na ciência e na filosofia como um ser autocentrado, em seus processos de exploração e assentamento.

No segundo, interrogamos acerca da noção de paisagem que emerge concomitantemente à noção de sujeito moderno, relacionando-o à abordagem de Georg Simmel (2011), que inaugura essa temática no campo da filosofia no início do século XX. Nesse primeiro momento, há o entendimento da paisagem a partir de uma estética de matriz kantiana. Nela, a apreensão da paisagem acontece por meio de um recorte que o sujeito, detentor de faculdades, realiza na natureza, estabelecendo uma distância que os separa.

Avançamos, no terceiro eixo, direcionando o olhar para uma paisagem em crise, marcada por guerras, destruições e apagamentos em grande escala. Somados a esse contexto, há os primeiros indícios de uma crise ambiental de larga escala, que começa a reconhecer a exaustão e o limite da Terra. Como consequência, os desastres ecológicos nos levam a pensar o esgotamento da estética do belo, até então, usual para se abordar a temática e a crítica da paisagem. A partir de uma crise perceptiva, retomamos, junto a Arnold Berleant (2011), o sublime kantiano, em que as faculdades do juízo não conseguem apreender uma paisagem crítica.

No quarto e último eixo, partimos da ideia de um sujeito moderno já borrado e descentrado em suas bases. À maneira de Foucault (2016), consideramos que o sujeito se desvaneceu, tal qual um rosto de areia na orla do mar. Esse descentramento nos permite pensar, junto a Donna Haraway (2023) e Anna Tsing (2022), um habitar que encontra nos agenciamentos multiespécies maneiras outras de viver nas ruínas do capitalismo. Nesse contexto, constatamos que a distância que separava sujeito e

<sup>3</sup> Este texto é resultado de estudos e inquietações que emergiram a partir de uma pesquisa de tese de doutoramento em Planejamento Urbano e Regional, que aborda a problemática das categorias de análise presentes na Teoria Crítica Urbana quando em relação com o Pós-Estruturalismo; dos encontros e discussões pautadas no grupo de pesquisa Poiese – Laboratório de Política e Estética Urbanas e no curso Filosofia da Paisagem, ocorrido em 2023 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS), em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Lisboa (UL).

objeto no pensamento da paisagem se desfaz, em prol de assembleias irregulares, em que humanos e não humanos se encontram em relações de simbiose. Essas novas paisagens podem ser aquelas de um período Pós-Antropoceno, que por ora só podemos imaginar e fabular.

### O sujeito moderno e o Antropoceno

A paisagem, enquanto um conceito, emerge no fim da Modernidade atrelada à ideia de um certo tipo de sujeito. Surgido na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, essa concepção de sujeito teve como objetivo individualizar as formas de vida. A individualização seria responsável, politicamente, pela destituição da teologia como a área que explicaria o que é o homem e, economicamente, daria vazão ao nascente capitalismo burguês ao diminuir o poder da Igreja Católica na época. Através da reflexão, o emergente sujeito conheceria a si e ao mundo, podendo agir sobre ele. A máxima expressão desse pensamento está presente no conhecido *cogito cartesiano*, formulado por René Descartes (1596 – 1650) no século XVII: *Penso, logo existo*. Nesta concepção, há uma divisão entre a substância espacial – a matéria – e a substância pensante – a mente (Hall, 2006). Tal divisão condiciona a primeira à segunda, reduzindo a complexidade do todo às suas partes mínimas. Dito de outro modo, para se conhecer o mundo é preciso entender como funciona, com precisão, cada elemento que o compõe.

Além disso, desde o ponto de vista desse sujeito moderno, há uma divisão entre o humano e a natureza, referida na ciência como a separação entre sujeito e objeto. Trata-se de uma questão de percepção e sensibilidade, que instaura um ponto de vista com o qual o mundo é observado, o que afeta as diversas áreas de saber, sobretudo a estética, ramo da filosofia que se ocupa do saber sensível, como veremos em breve. Assim, na referida divisão do todo em partes, o sujeito, ao olhar a natureza, produz uma imagem da mesma, tendo como centralidade a ótica. Nessa abordagem, retomaram-se, no Renascimento, as noções da perspectiva clássica, cujo observador, posicionado em um ponto, observa o objeto desde sua centralidade, estabelecendo uma distância entre si e o outro.

Para efetuar tal operação, foi necessária a construção de um sujeito *à priori* – iniciada por Descartes e levada adiante por Kant – detentor de faculdades que o permitissem realizar essa criação imagética da paisagem, transformada em uma representação, ou seja, numa “síntese do que se apresenta” (Deleuze, 2018, p. 25). Assim, tanto o olhar quanto a imagem criada separam o ser da paisagem observada. Essa separação permite ao sujeito, de certa forma, estratificar a natureza, ou seja, produzir-lhe um contorno, primeiro para entendê-la, depois para agir sobre ela, tornando-a habitável (Deleuze; Guattari, 1995). Essa posição, da primazia do olhar pautada numa centralidade do sujeito, ganha centralidade nos primeiros registros da paisagem na pintura do século XV. Segundo Serrão, esse primeiro sentido de paisagem reforça uma dualidade entre a coisa e sua imagem representada.

A noção comum oscilaria entre uma parcela da superfície terrestre – o território físico com extensão bastante para ser captado pelo ângulo visual de um observador – e uma representação ou descrição através de imagens (pictóricas ou literárias) de espaços reais, mesmo que vindo a cobrir figurações de lugares imaginários, mistos ou idealizados (Serrão, 2011, p. 14).

Essa espécie de naturalização da representação da paisagem que evidencia e reforça a relação sujeito e objeto só vai ser tensionada como um problema filosófico no início

do século XX, com Georg Simmel. Até então, a representação pictórica da paisagem torna-a apenas um objeto belo a ser contemplado e representado. E mais do que isso, a ser representado como idealização romântica. Porém, esse processo traz consigo problemas, pois no movimento de representação e domínio do objeto representado, percebe-se que “somos nós que comandamos” (Deleuze, 2018, p. 24), passando então à busca de domesticação dos fluxos da terra. Os rios são canalizados; produzem-se aterros que estendem o solo sobre o mar; perfura-se a superfície terrestre em busca de combustíveis fósseis, tirando proveito de toda matéria natural encontrada pelo caminho. Assim, essa tentativa de domesticação da paisagem rapidamente se torna exploração da natureza, num processo que não tem fim. Tão logo a Terra se torna habitável, ela começa a perecer, pois “toda domesticação e busca de domínio da Natureza causaram tamanha confusão que não está claro se a vida na Terra poderá continuar” (Tsing, 2022, p. 29).

Se a invenção do sujeito moderno foi concomitante à emergência e o fortalecimento do capitalismo, sua lógica, a da troca, buscou transformar todo artefato e todo indivíduo em uma mercadoria (Nobre, 2011). A natureza foi transformada em mero meio para extração de recursos, que supririam a infinita gama de novas necessidades atreladas ao sujeito moderno (Marx; Engels, 2007). Sabe-se hoje, porém, que essa atividade, antes considerada um modo de vida, tornou-se algo maior, algo capaz de afetar as condições biotermodinâmicas do planeta (Castro; Saldanha; Danowski, 2022).

A Terra, superaquecida, já não consegue acolher tamanha aceleração sem modificar sua estrutura (física, química, climática, etc). A modificação em curso vem sendo chamada de Antropoceno, termo que surge na área da ecologia e da geologia através dos estudos do ecólogo Eugene Storer e do geoquímico Paul Crutzen (Pádua, 2022). Desde o seu surgimento, o Antropoceno é considerado uma época geológica, que sucede ao Holoceno, em que a presença humana passa a ser considerada uma força geofísica, “um fator causal capaz de alterar as condições biotermodinâmicas do planeta” (Castro; Saldanha; Danowski, 2022, p. 15). Supostamente, seu início ocorre no século XVIII, após a Revolução Industrial. Ao enlaçar a humanidade ao clima, o Antropoceno uniu o prefixo ‘*anthropos*’, que significa humano e, em alguns casos, homem, com ‘*ceno*’, que se refere às eras geológicas. Ainda que, segundo Dirk Hennrich,

(...) um início para o Antropoceno não foi plenamente decidido e nem definido, embora geralmente esteja dividido em três incidências históricas, socioeconômicas e patológicas da modernidade: a exploração colonial escravista de humanos, animais e plantas, iniciando-se com a apropriação de territórios nas chamadas Índias Orientais e Ocidentais a partir de colonização do planeta pela razão mercantilista; a Revolução Industrial propulsionada pela massificação e uniformização do trabalho e pela exploração sistemática de todas as fontes energéticas e vitais com o seu início no final do século XVIII; a Grande Aceleração situada na segunda metade do século XX, um incomparável aumento de produção industrial, técnico-científica e capitalista que contamina a inteira esfera global com os seus resíduos antropogênicos. A consideração da força antropogênica como maior impacto na inteira ordem e informação, deformação e transformação do planeta com os seus incontáveis ecossistemas, põe pela primeira vez o humano no centro das responsabilidades.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Texto extraído do site: <https://www.antropocena.ooo/in%C3%ADcio/conceitos/antropoceno-dmh>

Dito isso, pode-se confirmar que a emergência do sujeito, separado da natureza, e o surgimento do capitalismo, causaram um dano à Terra. Transformado em força geofísica, esse humano acelerou o período geológico chamado Antropoceno. Se tanto este quanto o capitalismo são efeitos da fundação de um sujeito cindido do todo, talvez seja necessário desfazer tal divisão, entre ser humano e natureza, um dos fatores responsáveis pela extenuante exploração do planeta. Ademais, esta suposta separação é apenas teórica. Dito de outro modo, tudo é natureza, e seu colapso significa também o colapso da espécie humana e das outras que coabitam o planeta. Ao invés de uma estética que distancia humano e natureza, é necessário refletir acerca de uma outra que os funda. A próxima seção busca fundamentar a ideia de paisagem atrelada à uma estética kantiana para, nas próximas, essa ideia ser desconstruída.

### O sujeito e a paisagem

Georg Simmel (1858-1918), filósofo e sociólogo alemão, foi o primeiro pensador a tratar a paisagem enquanto conceito, no artigo *Filosofia da Paisagem*, publicado pela primeira vez em 1913, inaugurando um novo campo de estudos. Interessava-lhe investigar o fenômeno em que, ao observar a natureza, o indivíduo estabelece uma delimitação que dá forma como paisagem. Para ele, ao contemplarmos a natureza, “a nossa consciência tem de ter, para além dos elementos, um novo todo, unitário, não ligado aos significados particulares de cada um, nem composto mecanicamente por eles” (Simmel, 2011, p. 42).

Essa tarefa, em que a consciência delimita parte da natureza transformando-a em paisagem, é, para Simmel, um processo espiritual. Já aí há a demarcação de um sujeito separado da natureza – um sujeito da ação e um objeto recortado da natureza, a paisagem. Esse sujeito que apreende a natureza no ato do olhar recorta não elementos isolados, mas um conjunto ordenado pelo espírito humano. Simmel se refere a esse sentido de paisagem como algo que é singular, como unidade autossuficiente, como parcela, como secção de algo maior (a natureza). A paisagem, então, para ele, não é algo que está fora do sujeito, mas se trata de uma ação, a de enformar a natureza.

Se, para ele, a natureza é “a infinita conexão das coisas, a ininterrupta procriação e aniquilação de formas, a unidade fluente do acontecer, que se expressa na continuidade da existência temporal e espacial” (Simmel, 2011, p. 42), o sujeito é “uma intuição fechada em si, sentida como unidade-auto-suficiente” (*Ibidem*, p. 43). O sujeito, para Simmel, é uma parte que se separa do todo e, ao ser separado, cria uma distância que lhe permite elaborar e conceber uma imagem enquanto recorte. Segundo ele,

A natureza, que no seu profundo ser e sentido desconhece totalmente a individualidade, é edificada pelo olhar do homem, que divide e forma o dividido em unidades peculiares, em cada individualidade “paisagem”. (...) Foi só a individualização das formas interiores e exteriores da existência, a dissolução dos laços e vínculos originários em entidades diferenciadas – foi só esta grande fórmula do mundo pós-medieval – que nos permitiu pela primeira vez recortar a paisagem da natureza (Simmel, 2011, p. 43).

O resultado dessa separação foi a perda de um sentimento de natureza, que existia na Antiguidade e na Idade Média europeias. Porém, mais que essa perda espiritual, há uma tragédia histórica, em que a singularidade – o indivíduo – busca se sobrepor ao todo, o que implica problemas éticos e políticos. De acordo com Simmel,

que a parte de um todo se torne num todo autônomo que se destaca daquele todo precedente e reivindica um direito próprio face a ele - eis talvez a tragédia fundamental do espírito em geral, que alcançou plena consumação na época moderna e disputou para si a condução do processo da cultura. Por toda a parte, à pluralidade das relações em que os homens, os grupos, as formações se inserem, contrapõe-se-nos rigidamente o dualismo, segundo o qual o singular deseja ser um todo, conquanto a sua pertença a um todo maior lhe possa conceder o papel de um simples membro (2011, p. 44).

O sujeito simmeliano, cindido do todo, busca então a condução da cultura – e também da política, da ciência, da paisagem. Por isso, a separação, que produz a perda de um sentimento de natureza, é considerada – pelo autor – uma tragédia. No decorrer do texto *A filosofia da paisagem*, Simmel não explica o porquê dessa separação ser trágica, tampouco se ocupa em desfazer a concepção de sujeito herdada do Iluminismo, mas a pensa como condição necessária ao surgimento da obra de arte. O artista seria aquele que, separado da natureza, a contempla e opera sobre ela um exercício espiritual, buscando reestabelecer a continuidade perdida, “enquanto nós permanecemos mais presos a este material e por isso continuamos a perceber este ou aquele elemento particular (...) o artista vê e forma realmente apenas paisagem” (Simmel, 2011, p. 51).

Nesse sentido, Simmel marca sua posição no campo da estética. Trata-se de uma estética que depende de um certo tipo de sujeito para existir. Um “sujeito humano – com certas capacidades humanas fixas e um sentimento estável de sua própria identidade e lugar da ordem das coisas – que emergiu pela primeira vez na idade moderna” (Hall, 2006, p. 23), como pontuamos na seção anterior. Esse sujeito, na filosofia de Simmel, é o sujeito kantiano. Porém, como Kant formula esse sujeito? Em seu método transcendental, Kant se preocupou em estudar não a realidade, mas as condições de possibilidade que tornam a realidade apreensível. O filósofo alemão buscou menos entender o que é a natureza, mas de estudar os mecanismos – ou faculdades – que permitem que o humano entre em relação com ela. Na sua perspectiva, as faculdades antecedem a experiência – entendendo-se experiência como o encontro entre o ser e o mundo – e por isso são consideradas *à priori*. São justamente essas faculdades *à priori* que fundam um sujeito kantiano, pois são definidas enquanto características inerentes ao ser humano (Deleuze, 2018). A partir da descoberta – ou invenção – das faculdades, foi possível atribuir ao humano certos mecanismos de apreensão da realidade, que dão origem a uma representação. Deleuze formula esse processo, de representar, da seguinte maneira:

Representação quer dizer síntese do que se apresenta. Logo, síntese consiste no seguinte: uma diversidade é representada, isto é, posta como encerrada numa representação. A síntese tem dois aspectos: a apreensão, por meio da qual colocamos o diverso como ocupando um certo espaço e um certo tempo, isto é, produzimos partes no espaço e no tempo; a reprodução, por meio da qual reproduzimos as partes precedentes à medida que chegamos às seguintes (Deleuze, 2018, p. 25).

Logo, é este sujeito, que produz representações da realidade, que ronda o pensamento simmeliano. Ademais, ao processo de recorte da natureza Simmel utiliza o conceito de *Stimmung*, que surge na própria filosofia kantiana. Para Kant, em sua crítica do juízo, o termo se refere a uma disposição das faculdades para a comunicação do conhecimento em geral, o que depende de um sujeito (Silva, 2016). Em Simmel, é esse mesmo *Stimmung* que permite ao indivíduo recortar uma parcela da natureza, transformando-a em paisagem, o que convoca um sujeito ótico e estético como pontuado pelo autor:



Inteiramente essencial para a paisagem é precisamente a delimitação, o ser-apreendida num círculo visual momentâneo ou duradouro; a sua base material ou as suas partes singulares pode, sem mais, ser tidas como natureza – representada como paisagem, ela exige um ser-para-si, porventura óptico, porventura estético, porventura conforme a *Stimmung*, uma característica singular que a destaque daquela unidade indivisível da natureza na qual cada porção mais não pode ser do que ponto de passagem para as forças totais da existência (Simmel, 2011, p. 42).

Assim, na medida em que buscamos tornar opaca a distância que separa sujeito e objeto, por conseguinte sujeito e natureza, necessitamos nos afastar de uma estética kantiana – que reforça a divisão – como a que está presente no pensamento simmeliano. Nessa tentativa de distanciamento, encontramos com Arnold Berleant. Ao contrário de Simmel, “Berleant põe em causa a estrutura convencional da estética clássica, particularmente na fundamentação que lhe foi dada por Kant: a atitude estética implicaria a distinção entre um sujeito, contemplador desinteressado, e um objeto contemplado à distância” (Serrão, 2011, p. 281). Sua concepção de estética, fundada na ideia do comprometimento, faz a passagem para uma compreensão ética da relação entre humano, paisagem e natureza. A partir desse sujeito, que não simplesmente olha à distância a natureza e a enforma, encontramos na noção de envolvimento um forte apelo ético ao pensamento da paisagem.

### A paisagem em crise

A partir do pós-guerra e com a intensificação dos processos exploratórios e destrutivos da natureza, o pensamento sobre a paisagem desloca-se de uma perspectiva estética de caráter perceptivo e contemplativo para ser pensado como um problema ambiental. Nesse deslocamento o sujeito sai de uma posição externa à paisagem e é pensado “dentro” do ambiente. Arnold Berleant, professor estadunidense de estética, nascido na primeira metade do século XX, a partir dos anos 1990, desenvolve seus escritos nessa direção.

Berleant aponta um grave problema filosófico na forma como fruimos a natureza e buscamos, a partir dela, ter alguma apreciação estética. Isso porque, ao nos depararmos com a paisagem, buscamos interpretá-la a partir da ótica da estética kantiana, que é uma estética racionalista e demasiadamente cartesiana. Para Kant, para se ter uma experiência estética é necessário um distanciamento entre o sujeito e o objeto. Tal distância faz-se necessária para que o primeiro possa contemplar o segundo, exercendo uma atitude desinteressada que o permite estabelecer um juízo estético: o objeto é ou não é belo. A apreciação estética, nesse sentido, necessita da razão para acontecer, que se dá no momento do julgamento da obra de arte. Essa maneira de estabelecer critérios racionais acerca das coisas é própria ao sujeito kantiano, dotado de faculdades que o levam a estabelecer um juízo.

Porém, mesmo dentro do campo da arte, tal atitude estética encontra empecilhos práticos, tendo como principais exemplos a arquitetura e a literatura (Berleant, 2011). Na arquitetura, o sujeito necessita percorrer o edifício e é difícil estabelecer uma distância entre o observador e o objeto arquitetônico. A literatura, de forma mais intensa, necessita da consciência do leitor para que este estabeleça uma compreensão e o estabelecimento de um possível juízo acerca da obra. Se a apreciação estética já encontra problemas ao lidar com campos como a arquitetura e a literatura, maior ainda é quando se tenta transportá-la para a apreciação da natureza. A partir desse tipo de experiência, Berleant pergunta: “será que a apreciação estética cessa quando

entramos num percurso e nos movemos na paisagem, ou caminhamos ao longo da alameda?” (2011, p. 286). Sua resposta é que, se essa experiência for avaliada através da ótica da estética kantiana, pautada no belo, é impossível obter uma apreciação numa prática banal.

Contudo, para Berleant, já não é possível estabelecer a distinção entre a natureza e o humano. Um dos motivos é que,

a natureza, no sentido de terra separada da intervenção humana, desapareceu na sua grande parte. Vivemos num mundo profundamente afetado pela ação humana, não só na destruição quase completa da primitiva natureza selvagem do planeta e na distribuição da flora e da fauna longe dos seus habitats originais, mas também na alteração das formas e das características da superfície terrestre, do clima e da própria atmosfera (Berleant, 2011, p. 289).

Além desse fato, mudanças na concepção do que é o sujeito e de como ele estabelece sentido ao mundo também mudaram. Segundo Hall (2006), o sujeito cartesiano, que ele chama também de sujeito do Iluminismo, foi descentrado de diversas maneiras. Primeiro por Marx, ao colocar no centro da sua análise da totalidade não o sujeito cognoscente, mas o capital. O sujeito, na perspectiva marxista, é alienado pela lógica capitalista, que o impede de qualquer agência individual. Freud também efetua o descentramento, ao colocar numa relação de disparidade o inconsciente – principal instância subjetiva – da consciência – mero efeito do encontro das pulsões com o mundo. Mais contemporaneamente, Althusser, Saussure, Lacan e Foucault desmontaram a ideia de sujeito, colocando no centro de suas análises as estruturas, como a linguagem. Para alguns destes pensadores, o sujeito é apenas um efeito dos jogos de linguagem relativos a determinado espaço e tempo. Esses abalos sofridos pela razão levaram ao “reconhecimento de que a relação cognitiva com as coisas não é a única relação possível nem sequer a de mais elevado nível que podemos alcançar” (Berleant, 2011, p. 292), pois “a imensidão do mundo natural não nos cerca apenas; assimila-nos. Não somos só incapazes de sentir limites absolutos na natureza; não conseguimos distanciar-nos do mundo natural com o propósito de o julgar com total objetividade. A natureza excede a mente humana” (*Ibidem*).

Contudo, se Berleant busca outras perspectivas para pensar a apreciação estética da natureza que não a estética kantiana, é ainda por meio de Kant que ele encontra um possível caminho, que ocorre através da categoria de sublime. Para o filósofo alemão, dentre as faculdades – como a de entendimento, conhecimento, imaginação e juízo (Deleuze, 2018) – há também o sublime, uma forma de apreender, por meio das sensações e sentimentos, uma experiência. Porém, diferentemente do belo, no qual a razão é convocada para julgar se algo é ou não belo, no sublime essa harmonia entre as faculdades, que produz o julgamento, falha (SUASSUNA, 2013). No sublime, “as faculdades entram em discordância, em acordos discordantes” (Deleuze; Parnet, 1994). Nas palavras de Berleant, o sublime kantiano refere-se à

capacidade de o mundo natural atuar numa escala de tal modo monumental que excede as nossas capacidades de enquadramento e controle, e produz em vez destes sentimentos de magnitude avassaladora e de respeito. Uma condição semelhante ocorre nos ambientes extremos de desertos e gelo. Estes merecem também a designação de “sublimes” porque, também aqui, uma natureza poderosa, dura e austera explode para além dos limites que permitem a contemplação desinteressada (2011, p. 290).

Assim, ao não ser possível seu imediato enquadramento numa imagem mental, o sublime não convoca a razão, enquanto uma faculdade do juízo. Pelo contrário, frente a esse tipo de experiência, “a resposta mais apropriada à natureza é, neste sentido, o respeito, não apenas devido à sua magnitude e poder, mas também pelo mistério que, tal como na obra de arte, é parte da poesia essencial do mundo natural” (Berleant, 2011, p. 293). Se a estética kantiana era objeto-orientada, e por isso adequada para estabelecer juízos frente a uma obra de arte – usualmente uma obra do campo das artes visuais – uma estética do comprometimento, colocada por Berleant, pauta-se num sentimento de envolvimento para com a paisagem.

Essa mudança implica uma questão ética, pois “se o ambiente, que é a natureza tal como a vivemos, pode ter valor estético, então também podem ser condenadas ações que ignoram ou negam esse valor” (Berleant, 2011, p. 298). Por isso, segundo Reyes, “o sublime favorece uma estética que está comprometida eticamente” (Reyes, 2023, p. 7). É a partir da noção de sublime que a figura do sujeito que contempla ou domina a natureza na forma da paisagem se dilacera. Temos aqui o deslocamento de um sujeito racional, controlador e explorador da natureza, para um sujeito que se esvai e se desvanece na natureza.

### O desvanecimento do sujeito e o Pós-Antropoceno

Foucault (2016) disse que o homem é uma invenção recente e que, assim como o pensamento clássico se desvaneceu, também ele desvaneceria, tal como, na orla do mar, um rosto de areia. Essa afirmação foucaultiana, feita ainda em sua fase arqueológica, que alguns consideram demasiado estruturalista, marcou profundamente o movimento posterior, conhecido como pós-estruturalismo. Mas, qual a sua importância? O que estaria em jogo nesse desvanecimento do sujeito e qual a relação disso com a paisagem?

Quando o filósofo francês afirma que o homem se desvaneceria, tal qual o pensamento clássico, ele diz que ambos estariam à mercê do desaparecimento, pois são invenções e, mais especificamente, são invenções da linguagem. Não há nada de natural nos saberes, nos conhecimentos que temos disponíveis, na cultura, e também em nós mesmos. Somos o resultado de contingências, encontros e palavras. Os saberes se apropriam de nós, eles nos dizem quem somos, como agimos, como devemos e podemos agir melhor, etc (Deleuze, 2019). Por isso, ainda de acordo com Foucault, eles agem sobre o nosso corpo, sendo sua superfície uma tábua de inscrição dos poderes. As nossas faculdades, apontadas por Kant, com as quais pensamos, raciocinamos, julgamos se algo é belo ou agradável e que, em última instância, nos dão a sensação de que somos um ser individual, do mesmo modo são apenas invenções que uma época tornou possível afirmar. De acordo com Kant, mas também com Foucault, são condições de possibilidade. Assim, dadas outras condições, uma miríade de outros caminhos surgem para que nós os trilhemos, os inventemos e afirmemos: a partir disso tudo que agora sabemos, nós já somos outra coisa...

Essa forma de pensar vem afetando inclusive o termo Antropoceno. Para fugir do primado do homem, do *anthropos*, a filósofa estadunidense Donna Haraway tem utilizado outra terminologia, nomeando essa fase geológica de Capitaloceno. Segundo ela, “a etimologia de *anthropos* é irredimível, a etimologia da palavra *anthropos* é um sério problema” (2022, p. 425), pois “faz parecer que o que está acontecendo é um ato da espécie” (*Ibidem*, p. 420). Haraway, além de refutar o termo *anthropos* do discurso antropocênico, refuta também a premissa de que ele tenha iniciado no século XVIII, com a Revolução Industrial. Para ela, a própria Revolução foi um encontro de forças que já operavam antes dela se cristalizar como um fato histórico. A exploração do Novo

Mundo, a escravização de povos africanos, a dizimação em larga escala de povos indígenas, etc., produziram um acúmulo de capital e forneceram também um *know how* da barbárie, que deu origem à Era da Máquina. Por isso,

É imprescindível falar sobre as redes de açúcar e metais preciosos, plantations, genocídio de povos indígenas e escravidão, com suas inovações laborais, suas deslocalizações e suas recomposições de bichos e coisas que varreram consigo trabalhadores humanos e não humanos de todos os tipos. A contagiosa Revolução Industrial inglesa teve uma enorme importância, mas foi só mais um participante das relações de mundificação historicamente situadas e suficientemente recentes que transformaram o planeta (Haraway, 2023, p. 99-100).

Ademais de historicizar o Antropoceno, levando-o ao seu limite de significação, Haraway encontra na biologia uma forma de fugir do regime do *anthropos* e dismantelar, ainda mais, o sujeito da Modernidade. Segundo ela, as “ciências biológicas têm sido especialmente potentes em fermentar noções a respeito de todos os habitantes mortais da Terra desde o imperialista século XVIII” (2023, p. 59) pois, para além da crítica ao sujeito moderno, novas noções na biologia têm dissolvido também a ideia de espécie, afirmando que todo ser vivo é um encontro multiespécie. Espécies se encontram e estabelecem relações de simbiose, passando uma a colaborar com a outra, pois “nenhuma espécie age sozinha, nem mesmo a nossa, do alto de sua arrogância e da pretensão de ser constituída por bons indivíduos, segundo roteiros ocidentais, ditos modernos” (Haraway, 2023, p. 198).

Essa destituição da primazia do sujeito, inclusive enquanto espécie, ecoa também em outras áreas do saber, como na antropologia. Esse é o caso do pensamento da antropóloga estadunidense Anna Tsing, que corrobora com Haraway ao afirmar que “colaborações nos transformam, seja no interior de nossa espécie ou entre espécies distintas. Tudo o que é importante para a vida no planeta Terra acontece nessas transformações e não nos diagramas de decisão de indivíduos autônomos” (2022, p. 75). Afinal, como poderia o humano ser um indivíduo, um ser individual, quando existe em simbiose com uma gama diversa de bactérias, protozoários, fungos, que vivem nosso em intestino, em nossa pele, em todo nosso corpo, contribuindo para as nossas funções vitais?

A ideia de relações multiespécie proposta por Haraway, Tsing chama de *assemblage* que, traduzido, pode ser tanto assembleia como agenciamento. Porém, Tsing territorializa o termo, aproximando-o da ideia de paisagem. Para a antropóloga, as assembleias entre humanos e não humanos configuram paisagens múltiplas, em que é inviável a separação entre elas e um sujeito que as observa, sendo esse apenas um participante, e não um observador. No seu mais conhecido trabalho, *O cogumelo no fim do mundo: sobre as possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo*, a autora se ocupa, então, em contar as histórias das paisagens, e isso “requer conhecer seus habitantes humanos e não humanos” (Tsing, 2022, p. 236). Mesmo que pareça inevitável a extinção da espécie humana e de inúmeras outras, são essas histórias que podem trazer lampejos para se pensar uma continuação da vida na Terra em um período Pós-Antropoceno.

Um das paisagens narradas por Tsing (2022) é a do cogumelo matsutake, que prolifera em lugares perturbados por humanos. Esse fungo surge em simbiose, geralmente, com algumas espécies de *pinus* que necessitam, para nascer e se desenvolver, de um solo pobre, degradado, em que a maioria das árvores de copa não sobreviveria e, conseqüentemente, não fariam sombra sobre os pinheiros, que precisam do sol pleno. O solo ideal para o *pinus* é aquele que sucede uma queimada, que foi explorado para o plantio de florestas com o objetivo de servirem à indústria da

madeira, ou seja, que passaram por um processo de predação, geralmente humano, tornando-se arruinadas. O cogumelo, por sua vez, associa suas hifas às raízes das árvores, criando uma relação chamada de micorriza, absorvendo delas alguns carboidratos. Como sua digestão é extracelular, ele devolve ao solo nutrientes como cálcio, nitrogênio, potássio, fósforo e água, estimulando o crescimento das plantas. O agenciamento humano-*pinus*-cogumelo nos leva a pensar possibilidades para, em meio às ruínas, continuarmos vivos, mesmo tendo herdado um grande problema.

Deste modo, as noções de paisagem, subentendida em Haraway e explícita em Tsing, eliminam ainda mais a distância necessária a uma estética kantiana. Para além disso, o próprio sujeito é dissolvido em uma rede de agenciamentos que acontece entre diferentes espécies. Esse fenômeno acarreta numa diferenciação da ideia de paisagem, levando-a a ser outra coisa, conforme afirma Paulo Reyes no artigo *Paisagem, um ensaio entre horizontes*: “a partir de um pensamento ambientalista produzido ao longo do século XX, [a paisagem] se dilui e por vezes desaparece a ponto de mesclar com a própria noção de ambiente” (2023, p. 14). Assim, para ele, a paisagem não é mais um recorte da natureza, tratando-se antes de uma experiência da percepção, ou seja, “a experiência da paisagem é menos um olhar a algo que se posta à minha frente como um objeto e mais uma possibilidade de expansão da percepção; ou seja, menos o que olho vê e mais o que me deixa ir” (Ibidem, p. 10). Nesse deixar-se ir, o sujeito se mistura com o outro, produzindo “um elo conector entre um eu e um para-fora-de-si” (Ibidem, p. 11). A partir desse movimento, Reyes elabora o conceito de duplo-horizonte. Duplo porque ele é ora estético, posto que é uma experiência da percepção, ora ético, pois vai em direção a um outro, ao encontro com, como diria Haraway, uma outra espécie. Logo, entendemos, junto a Reyes, que não se trata de separar o estético do ético, pois a paisagem é apreendida menos por um olhar frente a um objeto, e mais através da expansão da percepção, que é levada por um algo para além de si.

Assim, pensar a paisagem por meio de assembleias, agenciamentos ou duplo-horizonte abre um campo de possibilidade para se reivindicar, inclusive, um outro estatuto para o humano, que não o sujeito moderno, fechado em si mesmo. Ao dissolver a fronteira do sujeito, e também da espécie, há a possibilidade para uma co-implicação para com o outro, na medida em que existe a percepção que nada existe sozinho, mas numa relação multiespécie, em que o devir se torna sempre um devir-com (Haraway, 2023). Dessa maneira, “organismos se recrutam uns aos outros e se coordenam na construção de paisagens” (Tsing, 2022, p. 65). Tal postura não significa negar a existência do Antropoceno, mas pensar paisagens já em um período Pós-Antropoceno, e isso implica uma postura ética: a de viver em paisagens em crise da melhor forma possível, herdando e ficando com o problema, tal como ensina Haraway.

### Considerações finais

Este trabalho inicia com uma epígrafe, recortada de uma entrevista realizada com Ailton Krenak, pensador indígena, em 2023. Krenak, desde o início do seu ativismo, tem exposto uma cosmovisão diferente daquela ocidental, que foi trabalhada neste texto: a perspectiva racionalista. Ao afirmar que, ao invés de operarmos na paisagem, devemos nos confundir com ela, ele está tratando de dissolver as fronteiras entre sujeito e objeto. A partir desta ótica, é difícil sustentar uma ideia de paisagem apenas perceptiva. Talvez, ela perca inclusive sua função, tornando-se algo datado, preso a um espaço e tempo em que, entre sujeito e objeto, havia uma necessária distância. Essa distância criada entre o observador e o objeto observado, o ser e a natureza, permitiu que o primeiro operasse sobre o segundo, reduzido apenas a um meio de obtenção de recursos e exploração. As paisagens que passaram por essa operação são, hoje, ruínas daquilo que um dia se chamou natureza: algo selvagem, inabitado,

não domesticado. Todavia, e aqui há um paradoxo, quanto mais essa visão foi levada adiante, mais a separação entre o humano e a natureza diminuiu. Isso porque, hoje, sabe-se, a natureza está totalmente relacionada à ação humana. No estágio atual, conhecido como Antropoceno, vivemos em um período geológico marcado pela presença humana.

No Antropoceno, e talvez num período Pós-Antropoceno sobre o qual só podemos ainda fabular, cada vez mais seremos colocados em situações em que a natureza romperá os estratos que lhe foram impostos, liberando forças quase inimagináveis. Esses eventos, sublimes e aterrorizantes, serão experimentados cada vez com mais frequência. A atitude frente a eles é uma ação ética que não ignora a noção de estética: reproduziremos a ação de colocarmos uma distância entre nós e a natureza, para estabelecermos juízos à catástrofe, ou respeitaremos os acontecimentos, sabendo que o colapso em que a natureza chegou não é outra coisa que o nosso próprio ocaso? Frente a isso, aprendemos que é possível, e talvez seja a única possibilidade, vivermos nas ruínas, habitando a barriga do monstro, e que devemos herdar, e ficar, com esse problema. Assim, ao ser dissolvida a noção de paisagem, em que existe uma distância entre sujeito e natureza, é eliminada a distância inclusive entre espécies, dando às paisagens o estatuto de assembleias, ou seja, lugares em que os diferentes se encontram e vivem em simbiose, em um duplo horizonte, um agenciamento ético e também estético.

### Referências

- BERLEANT, Arnold. A estética da arte e a natureza. In: SERRÃO, Adriana. *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 281-298.
- BERLEANT, Arnold. A estética da arte e a natureza. In: SERRÃO, Adriana. *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 281-298.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de; SALDANHA, Rafael Mófrea; DANOWSKI, Déborah (Org.). *Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Machado, v. 1, 2022.
- DELEUZE, G. L' Abécédaire de Gilles Deleuze. Entrevista com Gilles Deleuze. Claire Parnet. *Éditions Montparnasse*, Paris, 1994.
- DELEUZE, Gilles ; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARAWAY, Donna. Habitar a barriga do monstro. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de; SALDANHA, Rafael Mófrea; DANOWSKI, Déborah *Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Machado, v. 1, 2022. p. 418-430.



HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo: n-1 edições, 2023.

HENNRICH, Dirk Michael. Landscape as a forthcoming paradigm. In: SERRÃO, Adriana; REKER, Moirika. *Philosophy of landscape: Think, Walk, Act*. Lisboa: Centre for Philosophy at the University of Lisbon, 2019. p. 49-65.

KRENAK, A. Em vez de operar na paisagem, devemos nos confundir com ela. *Romullo Baratto (ArchDaily)*, 16 Outubro 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1007266/ailton-krenak-em-vez-de-operar-na-paisagem-devemos-nos-confundir-com-ela>. Acesso em: 27 Outubro 2023.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PÁDUA, José Augusto. Localizando a história do Antropoceno: o caso do Brasil. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de; SALDANHA, Rafael Mófrita; DANOWSKI, Déborah [org.]. *Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Machado, v. 1, 2022. p. 187-217.

REYES, Paulo. Paisagem, um ensaio entre horizontes. *Revista DigitAR*, Coimbra, p. 1-15, 2023.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

SILVA, Arlenice Almeida da. As noções de Stimmung em uma série histórica: entre disposição e atmosfera. *TRANS/Form/Ação: revista de filosofia da Unesp*, São Paulo, v. 39, p. 53-74, 2016.

SIMMEL, Georg. Filosofia da paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 39-51.

SUASSUNA, Ariano. *Iniciação à estética [recurso eletrônico]*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

TSING, Anna. *O cogumelo no fim do mundo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.